

Folha do Estado

A VIDA FOI O PREÇO DA JUSTIÇA. ROUBA-SE UMA VIDA, MAS NÃO SE MATA UM SONHO

Sávio Branndão

Cuiabá-MT, Sábado, 22 de Novembro de 2003

ANO 10 - No. 2889

Capital R\$ 1,50

-

Interior e outros Estac

Maggi promete respeito à ecologia

O governador Blairo Maggi afirmou que o projeto de conclusão da BR-163 vai obedecer à legislação ambiental, como em todos os projetos de seu governo. A afirmação foi feita durante o encontro "BR-163 Sustentá-

vel: Desafios e Sustentabilidade no Eixo Cuiabá-Santarém", promovido pela Unemat, em Sinop. Participaram do encontro os ministros Ciro Gomes (Integração Nacional) e Marina Silva (Meio Ambiente). **Pág. 6**

Maggi respeitará lei ambiental

PROMESSA DO GOVERNADOR AOS QUESTIONAMENTOS DA MINISTRA SOBRE AS OBRAS DA BR-163, DURANTE REUNIÃO EM SINOP



Blairo Maggi ao lado dos ministros Ciro Gomes e Marina Silva: recursos assegurados às obras

O governador Blairo Maggi (PPS) afirmou que o projeto de conclusão de pavimentação da BR-163 vai obedecer à legislação ambiental, como de resto todos os projetos de infra-estrutura a serem tocados em seu governo.

A afirmação foi feita durante o encontro "BR-163 Sustentável: Desafios e Sustentabilidade no Eixo Cuiabá-Santarém", promovido no campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) em Sinop (500 quilômetros ao norte de Cuiabá). Do encerramento do encontro também participaram os ministros Ciro Go-

mes (Integração Nacional) e Marina Silva (Meio Ambiente).

Durante três dias, professores da Unemat e da UFMT, ONGs ambientalistas, associações de produtores e de trabalhadores rurais e institutos de pesquisa discutiram "ações e estratégias de sustentabilidade da região do entorno da BR-163", que será asfaltada, em seu trecho de 756 quilômetros entre Guarantã do Norte e Miratuba (PA) por um consórcio privado em parceria com o governo federal.

Do encontro saiu a reivindicação de que o Estudo e o Relatório de Impacto Am-

biental da obra (EIA/Rima) considere o eventual impacto que ela traria aos pequenos produtores rurais, aos povos indígenas do Parque Nacional do Xingu, às áreas de reserva legal e às áreas de preservação permanente, como os parques da Serra do Cachimbo e do rio Colúene.

De acordo com o Blairo Maggi, o governo de Mato Grosso tem sempre defendido o desenvolvimento econômico em conformidade com a legislação ambiental. "Do mesmo modo, não fugiremos da responsabilidade que o governo tem com os povos indígenas, cujas ter-



Índios reiteraram o pedido de preservação ambiental na pavimentação da BR-163 até o Pará

ras contarão sempre com a proteção das autoridades policiais do Estado", afirmou.

Segundo ele, a Fundação Estadual de Meio Ambiente também está implementando um grande projeto de recuperação de 1 milhão de hectares de matas ciliares em todo o Estado. "É assim que trabalhamos, sempre dentro da lei. E com a BR-163 não será diferente. Podemos discutir, sim, a forma como ela será feita - porque hoje ninguém mais discute a necessidade de sua conclusão, tanto para o desenvolvimento de Mato Grosso quanto para o do Brasil".

De acordo com o ministro Ciro Gomes, o projeto da BR-163 será um exemplo para outras obras de infra-estrutura do governo federal, posto que vai considerar todos os interesses envolvidos na questão, seja de produtores de soja de Mato Grosso e de industriais do Pólo de Manaus, seja de indígenas e assentados. "É um desafio ético, econômico e social para o governo promover o desenvolvimento dos Estados da Amazônia Legal, que têm 13% da população nacional, mas produz apenas 6% da riqueza do país", afirmou.

A ministra Marina Silva endossou as palavras do minis-

tro e afirmou que o papel do Poder Público é justamente o de preservar para que todos os interesses sejam atendidos e não permitir que uns não se sobreponham a outros.

Falando pelas ONGs ambientalistas, Sérgio Guimarães, do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, ressaltou a importância do asfaltamento da BR-163 para o desenvolvimento da região e para a melhoria da qualidade de vida da população. "Mas também é importante garantir uma rigorosa avaliação dos impactos ambientais", observou Guimarães.